

**REVISTA
DA FACULDADE DE
DIREITO DA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA**

**LISBON
LAW
REVIEW**

2017/1



LVIII

Revista da Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa
Periodicidade Semestral
Vol. LVIII – 2017/1

LISBON LAW REVIEW

COMISSÃO CIENTÍFICA

Christian Baldus (Universidade de Heidelberg)

Dinah Shelton (Universidade de Georgetown)

Jose Luis Diez Ripolles (Universidade de Málaga)

Juan Fernandez-Armesto (Universidade Pontificia de Comillas)

Ken Pennington (Universidade Católica da América)

Marco António Marques da Silva (Pontificia Universidade Católica de São Paulo)

Miodrag Jovanovic (Universidade de Belgrado)

Pedro Ortego Gil (Universidade de Santiago de Compostela)

Pierluigi Chiassoni (Universidade de Génova)

Robert Alexy (Universidade de Kiel)

DIRETOR

Maria do Rosário Palma Ramalho

COMISSÃO DE REDAÇÃO

David Duarte

Pedro Leitão Pais de Vasconcelos

Isabel Graes

Miguel Sousa Ferro

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO

Miguel Ferreira Martins

PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade – 1649-014 Lisboa – Portugal

EDIÇÃO, EXECUÇÃO GRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO

LISBON LAW EDITIONS

Alameda da Universidade – Cidade Universitária – 1649-014 Lisboa – Portugal

ISSN 0870-3116

Data: Agosto, 2017

Editorial

5-6 Nota do Diretor

Cátia Lopes Cardoso

7-17 Da desjurisdicionalização do processo de execução fiscal – breves considerações

David Duarte

19-34 Alguns problemas de teoria do direito no novo Código do Procedimento Administrativo

Diana Grilo

35-73 A alimentação adequada como ‘paliativo’ para a saúde

José Duarte Nogueira

75-95 O património cultural. Evolução e perspectivas de protecção. Bens de natureza identitária exclusiva ou primordialmente nacional, fora da alçada do Estado português. Uma nova categoria jurídica?

Mafalda Serrasqueiro

97-132 O Tribunal de Schrödinger: uma Justiça Constitucional simultaneamente politizada e neutra

Miguel Paquete

133-148 Purchasing stolen information and the theory of the original sin

Miguel Teixeira de Sousa

149-175 Preclusão e caso julgado

Pedro Pais de Vasconcelos

177-187 Direito Civil e natureza das coisas

Sofia David

189-228 A aplicação de princípios pelo juiz administrativo

EDITORIAL

A presente edição corresponde ao número 2017/1 da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Lisbon Law Review. Sendo este o primeiro número da Revista preparado pela actual Comissão de Redacção impõem-se umas breves palavras sobre o mesmo.

Importa, antes de mais, reforçar que, neste número, se dá continuidade à linha editorial que a Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa vem seguindo nos últimos anos, em estrito cumprimento das orientações oportunamente definidas pelo Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa nesta matéria.

Esta linha editorial pode sintetizar-se numa dupla ideia.

Por um lado, é uma linha editorial que privilegia a índole científica da Revista em detrimento de outros conteúdos, com o objectivo – que julgamos ser o mais adequado ao meio académico em que se insere esta publicação – de promover o papel da Revista como centro de divulgação de estudos inovadores e de elevada qualidade nas mais variadas áreas do conhecimento jurídico, e, nessa medida, como um instrumento ao serviço da Ciência do Direito.

Por outro lado, é uma linha editorial que, apesar de contar com alguns artigos elaborados directamente a convite da Comissão da Revista e que muito a prestigiam, privilegia o sistema de submissão directa e livre de propostas de artigos por autores nacionais e estrangeiros, que são depois sujeitas a um rigoroso sistema de *double blind peer review*, em consonância com os melhores critérios das revistas científicas nacionais e estrangeiras da actualidade e com as exigências dos sistemas internacionais de indexação.

No presente número, o resultado prático da aplicação desta linha editorial foi a reunião de um conjunto de artigos de elevada qualidade, em língua portuguesa ou em língua inglesa e que tocam temas tão distintos como o processo de execução fiscal, alguns problemas do novo Código do Procedimento Administrativo, a alimentação e o direito à saúde, a protecção do património cultural, a justiça constitucional, os problemas da utilização e transmissão de informação ilegalmente obtida, a preclusão e o caso julgado em processo civil, o direito civil e a natureza das coisas, e problemas de processo administrativo.

Cabe ainda uma palavra para agradecer a todos os Colegas que dispuseram do seu tempo para ler e apreciar criticamente as muitas propostas de artigos que lhes foram submetidas pela Comissão da Revista. Sem esse trabalho rigoroso mas invisível e que, para recuperar algum atraso que vinha do passado, foi sistematicamente pedido aos Revisores com carácter de urgência, esta edição não teria sido possível.

A Directora da Revista

Rosário Palma Ramalho